

Cidades e Regiões Digitais e e-Inclusão:

Alguns contributos do Projeto Évora Distrito Digital

José Manuel Leal Saragoça
 UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora
 jsaragoça@uevora.pt

Resumo

Foi há cerca de uma década que se celebrou o “Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos – Por uma Sociedade Justa” (em 2007) e passou quase duas décadas desde que foi publicado o Livro Verde para a Sociedade da Informação (em 1997) na sequência das reflexões que a Europa e Portugal vinham a fazer na área das TIC e da “Sociedade da Informação” e que deram origem a várias políticas públicas, medidas e projetos que, desde então e sobretudo após a Cimeira de Lisboa (em 2000) se desenvolveram na Europa, com o objetivo de alcançar esse grande (e utópico?) desígnio de, até 2010, através das tecnologias da informação e comunicação (TIC), tornar a Europa no espaço mais competitivo do mundo, e com elevada coesão social.

Hoje, os estados europeus mantêm-se profundamente desiguais em termos de infraestruturas e usos das TIC, situação comprovada em inúmeros relatórios produzidos no seio de instâncias europeias e internacionais. Podemos, pois, questionar se: a) o desenvolvimento da sociedade da informação contribuiu efetivamente para reduzir ou, antes, reforçar as desigualdades sociais e culturais? B) poderão as TIC, os serviços em linha (*on line*), as aplicações da realidade virtual e da realidade aumentada ser colocados ao serviço de políticas públicas que favoreçam a inclusão social?; e, c) que fazem ou podem ainda fazer as cidades e as regiões, em suma, os territórios para evitarem ou diminuírem a “divisão digital” e para promoverem e valorizarem a e-Inclusão?

Neste texto procuramos apresentar alguns contributos que ajudem a responder a estas questões, mostrando, com um olhar retrospectivo, como um dos projetos de cidades e regiões digitais portugueses mais reconhecido e distinguido por várias entidades – o Évora Distrito Digital – procurou responder aos problemas identificados, numa escala distrital.

Palavras-Chave: Cidades digitais, regiões digitais, e-inclusão, projeto Évora Distrito Digital.

Introdução

A cidade, enquanto ambiente físico preferencial para exercício da vida de um número crescente dos cidadãos do mundo, aproveita hoje, através dos seus atores mais empenhados, os serviços baseados na *Internet* e nas demais tecnologias de informação e comunicação (TIC), para experimentar novas formas de governabilidade local e de interação entre os seus cidadãos, sob a mira de maior progresso para o território. Os impactos daqui decorrentes conferem novas oportunidades, novas responsabilidades e novos desafios aos atores locais, aos quais é necessário dar resposta por meio de uma ação coletiva.

Na verdade, as cidades digitais, entendidas no sentido restrito como infraestruturas de TIC, podem ajudar a promover novas formas de cidadania. Hoje, as sociedades mais desenvolvidas confiam na inteligência coletiva criativa dos seus cidadãos para desenvolver ideias e instituições apropriados para necessidades individuais e sociais e para responder a problemas cívicos (ou sociais). As TIC podem contribuir para um empreendedorismo social renovado e as cidades digitais podem ser estabelecidas para promover a consciência desse tipo de empreendedorismo. Melhorar a democracia parece ser outra das oportunidades. Pierre Lévy (1999), um dos “otimistas” do impacto da *Internet*, assume as valências da rede co-

mo uma possibilidade de aprofundar o futuro democrático da humanidade, através do chama "democracia eletrónica", já que a *net* oferece, ao cidadão comum, a possibilidade de articular-se com outras pessoas através dos seus campos de interesse e de poder mobilizar-se e fazer-se "ouvir" pelos poderes políticos mais facilmente. A ser assim, a *Internet* pode vir a ser o motor de uma grande transformação política da democracia e, em casos extremos, contribuir para a instituição de um novo sistema, criado a partir do surgimento de uma nova aristocracia, constituída pelos dominadores da técnica, pelos pioneiros no desenvolvimento das tecnologias e da sua aplicação em prol da humanidade, rumo à "Sociedade da Informação". Contrariamente a outras ideologias de dominação, esta não apregoaria a dominação de uns por outros, pois todos seriam beneficiados pela nova elite dominante. Nesta perspetiva, a participação democrática dar-se-ia de forma pessoal (e já não a atual forma "representativa") através de ágoras virtuais (ou seja, de sítios *Internet* exclusivamente dedicados à discussão política), onde a cidadania poderia ser exercida livremente e sem intermediários.

As tecnologias ao serviço dos projetos de «cidades digitais» conferem aos atores também novas responsabilidades. Em Portugal, os atores sociais mais ativos na construção da sociedade em rede são as pessoas mais escolarizadas, aqueles que possuem empregos onde a utilização dos conhecimentos é maior, que fazem uma maior utilização dos media, que beneficiam das redes de socialização com familiares e amigos mais aprofundadas, que são caracterizados por uma estrutura de rendimentos menos desigual, que cresceram em democracia, numa escola não autoritária e com meios de comunicação social livres, e que aderiram às novas tecnologias (Cardoso et al, 2005: 318). Estes, enquanto facilitadores da transição para a sociedade rede, têm, como os demais atores com responsabilidades políticas, cívicas, empresariais, etc., a responsabilidade de mobilizar todos os recursos do capital social, do capital humano/intelectual e do capital económico disponível na região em prol do desenvolvimento sustentado.

Quanto aos desafios, tal como se aludiu anteriormente, o mais determinante será o da compatibiliza-

ção do desenvolvimento tecnológico com a coesão social, evitando os reais perigos da e-Exclusão (ou infoexclusão) [1]. Como sabemos, as cidades do nosso tempo estão cada vez mais segregadas pela lógica das redes fragmentadas. A este propósito Castells (2004), em *Galáxia Internet*, evidenciava que as redes de *Internet* dividem as cidades de acordo com o poder aquisitivo atribuído a cada zona pelos estudos de mercado - por exemplo, em 1999, nos EUA, 86% da capacidade de transmissão da *Internet* estava concentrada nos bairros ricos e nos centros empresariais das vinte cidades mais importantes do país - de forma que, segundo aquele autor nasceu um novo dualismo urbano da oposição entre o espaço de fluxos - que liga locais à distância de acordo com o seu valor de mercado, a sua seleção social e a sua superioridade infraestrutural - e o espaço de lugares - que isola as pessoas nos seus bairros devido às suas escassas oportunidades para aceder a uma localização melhor (por causa da barreira económica) assim como à globalidade (devido à falta de uma conectividade adequada). As redes fragmentadas que surgem da desregulamentação selvagem das telecomunicações e da *Internet* ameaçam, portanto, contribuir para uma nova e transcendente fratura social: a infoexclusão.

Ao fim de cerca de duas décadas da publicação do *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (Missão para a Sociedade da Informação, 1997), em Portugal vive-se ainda uma época de transição a caminho da sociedade rede. Trata-se duma fase processual que é (como no resto do mundo) marcada por um fosso entre os que têm acesso e fazem uso das *Internet* e os que dela estão afastados. Resolver esta "fratura digital, (*digital divide*) entre populações que ocupam o mesmo espaço territorial (seja uma cidade, um distrito, uma nação) é tarefa que deve preocupar todos. Acontece, porém, que esta questão do acesso é tanto mais problemática quanto se sabe que resolver ou atenuar estas desigualdades é um enorme desafio. Crê-se, portanto, que será necessário que os necessários esforços individuais dos menos capacitados e mais afastados das novas TIC sejam acompanhados por uma mobilização social e pela existência de uma política guiada pelo interesse público (ou seja a implementação de políticas públicas, que ajudem a evitar

ou diminuir o *gap* entre os info-ricos e os info-pobres).

É tentando compatibilizar o desenvolvimento, por via das tecnologias, com a coesão social, que diversas entidades do distrito de Évora desenvolveram, há cerca de uma década, o projeto Évora Distrito Digital (EDD), impactante a nível distrital e regional. Ao longo deste texto, redigido em 2008 e agora revisto, procuraremos, (re)olhar as formas como o projeto EDD, terminado formalmente em julho de 2007, tentou contribuir para a e-Inclusão dos cidadãos do distrito de Évora.

1. Cidades e Regiões Digitais e e-Inclusão

A sociedade atual encontra-se, há largos anos, em transição para uma sociedade de conhecimento intensivo, baseada em poderosas infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação. Muitas vezes, as cidades e organizações locais já não conseguem responder às necessidades e solicitações dos seus cidadãos, precisando, por isso, de adotar novas estratégias no planeamento e organização das cidades físicas, que poderão ser complementadas com equivalentes virtuais.

1.1. «As cidades digitais»

A «cidade digital» [2] apresenta-se como uma rede de informação e comunicação de características socio-política, económica e cultural, constituída por computadores, linhas telefónicas e ligações eletrónico-digitais que interligam, numa localidade (melhor, num território), cidadãos, empresas e demais organizações de setores públicos e privados, podendo, assim, constituir-se como «motor do desenvolvimento». Isto numa perspetiva otimista, assente na expectativa de que as administrações poderão iniciar um «círculo virtuoso» que estimulará os restantes agentes a agirem, investindo em ações que aproveitem o potencial das TIC para acelerar o desenvolvimento económico e social local (ou regional): vem a propósito lembrar que o desenvolvimento é/deve ser o

objetivo último das cidades digitais - mais do que a criação ou ampliação de redes ou de outras infraestruturas tecnológicas importa que este tipo de investimentos se traduza numa elevação efetiva dos indicadores de desenvolvimento económico e social dos territórios e das suas populações (Serrano, 2005).

Nesta perspetiva, o contexto local/regional surge como estrategicamente bem posicionado para fazer frente ao desafio que enfrenta a região na sua transição rumo a uma «sociedade do conhecimento». Isto parece ser assim devido vários tipos de fatores-chave que confluem no contexto local (ou regional), a saber:

1. A maioria das pessoas vive e trabalha em núcleos urbanos. Portanto, qualquer iniciativa dirigida a fomentar um uso inovador das TIC nas relações entre governo e cidadãos, o desenvolvimento económico ou a inclusão social terá sempre um impacto mais efetivo, visível e substancial no âmbito local (esta ideia é, de resto, expressa na Declaração de Bolonha do Global Cities Dialogue, realizado em outubro 2002).
2. As administrações locais são as instâncias mais próximas do cidadão. Por isso, têm um conhecimento mais rigoroso das necessidades e solicitações dos seus cidadãos; conhecem com profundidade os problemas, as oportunidades, as debilidades e os desafios do meio local, o que lhes permite identificar, com precisão, o potencial impacto de uma e-Estratégia e as suas oportunidades. Em suma, estão numa situação privilegiada para definir uma visão global e integral que se adapte às necessidades locais e aproveite o potencial das TIC nas áreas mais críticas para o desenvolvimento local.
3. Os contextos locais permitem gerar estratégias a pequena escala que ataquem as áreas críticas de infraestruturas, inovação tecnológica, acesso, criação de conteúdos locais e capacitação a partir de uma perspetiva integradora.
4. As cidades permitem pôr em marcha novos modelos de cooperação para desenvolver estratégias de TIC que envolvam todos os atores chave. Em concreto, estão numa situação pri-

vilegiada para sensibilizar todos os agentes-chave e conseguir que se impliquem no processo. As cidades podem assegurar a interação entre todos os atores, tanto na definição da visão/missão e na definição das prioridades da iniciativa, como na posterior execução das diferentes atividades e incentivar e favorecer as alianças público-privadas como uma das formas mais atrativas para acolher este tipo de iniciativas.

5. As ações locais podem acelerar os processos de integração na «sociedade da informação» reforçar e multiplicar os efeitos das políticas e ações nacionais e internacionais.

Em suma, acredita-se hoje, sobretudo, mas não só, entre os decisores políticos europeus que as cidades e regiões digitais constituem uma oportunidade única para que cada território tenha um sistema inteligente, isto é, capacitado com competências associadas à análise da informação e em que os cidadãos (utilizadores) e a envolvente trabalham conjuntamente. Para que tal aconteça, será necessária não só a utilização/interação de tecnologias digitais diversificadas, mas também que a informação resultante dessa interação dos cidadãos e/ou das empresas e demais entidades do território em apreço seja preservada/armazenada, tratada e disseminada ou disponibilizada a todos os atores regionais, ou seja, é necessário produzir conhecimento em tempo real e desenvolver serviços de inteligência económica e social sobre o que está acontecer no território.

1.2. Exclusão Social e e-Inclusão

A **exclusão** social é um processo social que tem raiz na desigualdade social e que conduz à marginalização dos indivíduos ou dos grupos relativamente a certos objetivos da sociedade. Quanto à **inclusão**, pode definir-se como “um processo que garante que as pessoas em pobreza e exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiarem de um nível de vida e bem-

estar considerado normal na sociedade em que vivem” (Comissão das Comunidades Europeias, 2003: 9). A inclusão, por conseguinte, também é um processo social determinado por um objetivo a atingir, mas não é apenas o inverso da exclusão, uma vez que compreende três dimensões indissociáveis, a saber: a) superar os obstáculos decorrentes das desigualdades, a fim de evitar a exclusão; b) explorar as oportunidades oferecidas pelo objetivo societal a atingir, por forma a reduzir as desigualdades existentes e a melhorar a qualidade de vida; c) favorecer a implicação nas transformações sociais, melhorar a expressão individual e coletiva, o envolvimento no exercício de cidadania e a participação democrática.

A e-Exclusão consiste, pois, num processo de exclusão relativamente ao desenvolvimento da «sociedade da Informação» (ou «sociedade do conhecimento»). Estes fenómenos de “exclusão digital” surgem quando os indivíduos ou os grupos sociais são deixados de parte ou não beneficiam de iguais oportunidades face ao objetivo societal perseguido. Pierre LÉVY (1999) ressaltava que não basta estar frente a uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade, pois é preciso, aprioristicamente, estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. Por isso se compreenderá que o maior obstáculo da «inteligência coletiva» seja, não a falta de computador, mas sim o analfabetismo e a falta de recursos culturais e que a aposta, para ser ganha, implique educação, inovação pedagógica, formação intelectual e o desenvolvimento do “capital social”.

Para a OCDE (2001) a exclusão digital (ou e-Exclusão) refere-se à distância existente entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas em diferentes níveis socioeconómicos relativamente, não só às suas oportunidades de acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) como ao uso da *Internet* para uma ampla variedade de ações e atividades.

De facto, podemos encontrar três temáticas se sobrepõem neste conceito: a) “**desvantagem digital**”,

aplicado às comunidades, aos grupos e aos indivíduos que se encontram em desvantagem e excluídos socialmente, e, por conseguinte, encontram-se em risco da exclusão na sociedade de informação. Ao trabalharem com este conceito, os investigadores procuram: a) identificar e quantificar os grupos que se encontram em desvantagem em termos de acesso aos recursos da Sociedade da Informação (PC's, *Internet*, etc.); b) determinar os fatores associados a essa desvantagem; c) compreender as formas como podem as barreiras ao acesso ser removidas; b) **“oportunidades digitais”**, que respeitam ao potencial positivo que é oferecido pela S.I. para reduzir as formas existentes de exclusão económica e social. Neste caso a ênfase é colocada na abertura de novas oportunidades para a inclusão e participação; c) **“empowerment Digital”**, com enfoque em saber como podem a *Internet* e outras “ferramentas” da Sociedade da Informação “capacitar” os indivíduos e as comunidades para melhor se expressarem/comunicarem no espaço público e para exercerem a atividade cívica democrática. Este tema está ligado à ideia de desenvolvimento do capital social, o qual pode ser aumentado ou mantido através, por exemplo, de novas oportunidades oferecidas pelas comunidades virtuais.

Desta forma, o processo social de **e-Inclusão** deve incorporar estas três dimensões: reduzir o “fosso digital” [3]; explorar as oportunidades da aposta dos governos na Sociedade da Informação; e favorecer a implicação e a expressão de todos na Sociedade da Informação.

Outro conceito importante e diretamente relacionado com o de inclusão é o **conceito de acessibilidade**. Este subentende, sobretudo, uma apropriação sociotécnica de uma dada tecnologia e não a sua detenção pura e simples (Almeida, 2004: 40). Pode aferir-se a **acessibilidade** de dois pontos de vista: um objetivo, que consiste no acesso a redes e equipamentos da SI (também assumido como o 1º grau de acessibilidade); outro subjetivo que está relacionado com o sentimento de incompetência e de exclusão (Vodoz e Giauque, 2003).

A e-Acessibilidade [ou seja, acessibilidade eletrónica] é um termo usado na pesquisa e na política relativamente aos desafios que enfrentam as pessoas com deficiência ou necessidades especiais e os idosos. São exemplos os desafios que o ambiente físico apresenta às pessoas com incapacidades sensoriais e de mobilidade e os desafios que o ambiente de informação/conhecimento apresenta a pessoas com incapacidades cognitivas. As **políticas de e-Acessibilidade**[4] procuram conhecer estes desafios, de modo a promover intervenções facilitadoras da participação das pessoas com algum tipo de incapacidade na Sociedade da Informação, tendo em conta o potencial dos recursos e dos serviços da SI para superar as barreiras existentes que se apresentam às pessoas deficientes (por exemplo, potencialidades dos dispositivos virtuais para quebrarem barreiras no acesso).

1.3. *Internet* e participação social.

Mas, será que as novas tecnologias da informação e da comunicação, e em particular a *Internet*, podem contribuir para o desenvolvimento de “territórios de conhecimento” e facilitar a e-Inclusão dos seus cidadãos, ou, ao invés, os projetos de T.I.C. e, entre eles, os projetos de “cidades digitais” são sinónimo de exclusão social?

A dúvida parece pertinente!

Os primórdios do uso da *Internet*, nos anos 80, apresentaram-se como o advento de “uma nova era da comunicação livre e a realização pessoal nas comunidades virtuais construídas em torno da comunicação mediada por computador” (Castells, 2004: 148). Foi Howard Rheingold (1996) quem, em 1993, na obra *Virtual Communities* [5] iniciou o debate em torno desta questão, defendendo o nascimento de um novo tipo de comunidade, que reuniria as pessoas on-line em redor de uma série de valores e interesses partilhados, donde resultariam laços de apoio e amizade que poderiam, por sua vez, originar processos de interação *face-to-face*.

Esta crença, quase ilimitada, na sociabilidade por via da *Internet* não foi comprovada pela história, uma vez que, à medida que este “novo meio de comunicação” se foi difundindo à escala global, os seus efeitos no domínio da sociabilidade tornaram-se consideravelmente menos espetaculares (Castells, 2004: 148). De resto, devemos até relativizar a grandiosidade do impacto da net no quotidiano dos cibernautas, uma vez que, como lembra Castells, “em contraste com as afirmações de que a *Internet* é uma fonte de comunidade renovada ou, pelo contrário, constitui uma causa de alienação ou fuga do mundo real, a interação social na rede não parece ter, na generalidade, um efeito direto sobre a configuração da vida quotidiana, para além de acrescentar a interação *on-line* às relações sociais previamente existentes. Nesta linha de pensamento, nos Estados Unidos, Katz, Rice e Aspen (Castells, 2004: 150) publicam, em 2001, o resultado de um estudo realizado nos anteriores 5 anos destinado a analisar a relação entre a utilização da *Internet*, a participação da cidadania e a interação social, tendo concluído, por um lado, que o nível de participação política e relação social entre os utilizadores da *Internet* era idêntico ou superior à dos não utilizadores e, por outro lado, que tanto no caso dos veteranos de uso de *Internet* como dos recentes utilizadores, o tempo dedicado à *net* não afetava grandemente a quantidade de tempo dedicado à família e aos amigos. Aliás, segundo este estudo, 10 % dos utilizadores da *net* fazia novos amigos *on-line* e participavam nas comunidades virtuais.

Em Portugal, a realidade é semelhante. Segundo as conclusões do estudo “Sociedade em Rede” (coordenado por Gustavo Cardoso, Firmino da Costa e outros investigadores), apresentado em 2005, também por cá “os resultados alcançados sobre as sociabilidades e atividades quotidianas desmentem os argumentos mais alarmistas (e simplistas) acerca do isolamento social de quem faz uso da *Internet*, ao mesmo tempo que também rebatem o argumento de que os atuais contextos sociais (e nomeadamente os urbanos) seriam desprovidos de relações sociais de interconhecimento local” (Cardoso et al, 2005: 315). Além disso, “são os utilizadores da *Internet* que possuem maiores redes de sociabilidade e contactam mais frequentemente pelas diferentes formas com os

seus familiares, amigos e vizinhos”, garantem os investigadores (Cardoso et al, 2005: 315).

A *Internet*, por conseguinte, reforça as relações sociais entre os indivíduos, combinando espaços reais e virtuais de comunicação na sociedade em rede. Acresce que, em termos de participação social e política, verifica-se que “são os utilizadores de *Internet* que pertencem a maior número de associações e que mais nela participam, quando comparados com os não utilizadores e com a população portuguesa em geral. Obviamente, são também eles que usam a *Internet* nessa participação, se bem que de um modo ainda incipiente (Cardoso et al, 2005: 316). Por outro lado, ainda, quanto à mobilização coletiva, o estudo conclui que “os utilizadores de *Internet* tendem a aparecer como cidadãos mais convencidos que é possível influenciar as decisões políticas e os acontecimentos mundiais e a posicionar-se como potencialmente mais interventivos social e politicamente (Cardoso et al, 2005: 316).

Poderá concluir-se, assegura Gustavo Cardoso, que “a *Internet* não só potencia novas oportunidades de participação e contacto entre as diversas estruturas de poder, como também os seus utilizadores se apresentam como cidadãos mais interessados, participativos e mobilizados para a ação individual e coletiva (Cardoso et al, 2005: 317). Antes, já Castells tinha apurado, igualmente com base em estudos empíricos, que o uso da *Internet* (seja das funcionalidades de correio eletrónico, dos *chat*, ou outras) contribui para o incremento das relações sociais com familiares e amigos e estende os contactos sociais em geral e que “a *Internet* parece ter um efeito positivo, na interação social e tende a aumentar o grau de exposição a outras fontes de informação (Castells, 2004: 151), de que são exemplo a televisão, os jornais, os livros, a rádio, o cinema, entre outras. Desmistifica-se, portanto, a ideia de que a *Internet* contribui necessariamente para o isolamento social. Aliás, pelo contrário, parece haver um efeito positivo e acumulativo entre a intensidade das utilizações da *Internet* e a densidade das relações sociais. Não será, pois, estranha a posta da generalidade dos países desenvolvidos (entre eles muitos europeus) nas tecnologias. Isto apesar da dinâmica social funcionar, na prática, em sentido re-

verso de muitas crenças e de muitos discursos: ou seja, embora se enfatize o potencial das TIC para reduzir a pobreza e a desigualdade, a introdução de novas TIC aumenta a exclusão e a desigualdade social.

Compatibilizar o desenvolvimento tecnológico com a inclusão é um dos maiores desafios que enfrentam os países. Na Europa, a “Cimeira de Lisboa” (realizada em março de 2000) constituiu um marco fundamental no qual os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros assumiram o objetivo estratégico de, através das tecnologias da informação e da comunicação tornar o “espaço europeu comunitário” na zona do globo mais competitiva do mundo, promovendo mais e melhores empregos e mais coesão social. Neste contexto, foi assumido o compromisso de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social. Em 2006, na sequência de diversas iniciativas promotoras da sociedade do conhecimento, em Riga (Letónia), os ministros de 34 países europeus aprovaram uma ação pan-europeia que visa ajudar os cidadãos a remediar as suas desvantagens económicas, sociais, escolares, geográficas ou ligadas a deficiência através das tecnologias da informação e a comunicação. Tratou-se do programa “e-Inclusão” (participação de todos na Sociedade da Informação) que tinha por objetivos reduzir de metade o número de pessoas que não utilizam a *Internet* nos grupos ameaçados pela exclusão, assegurar a pelo menos 90% do território europeu um acesso à *Internet* de elevado débito e tornar acessíveis todos os sítios web públicos até 2010.

O desafio era, então, tal como sintetizaram os peritos do grupo de trabalho ESDIS - *Employment and Social Dimension of the Information Society* da União Europeia, o de promover a prevenção da “exclusão digital” através da implementação de medidas políticas em três grandes domínios: alfabetização digital para todos; atenuação das barreiras técnicas e económicas para adesão à *Internet* e desenvolvimento de competências apropriadas ao uso eficiente dos “serviços em linha”.

Perante estas questões, o que se fez em Portugal?

A partir de 2003, Portugal implementou, por iniciativa governamental, o *Plano de Ação para a Sociedade de Informação* com os objetivos de “aumentar a eficácia e eficiência do sistema económico, a competitividade e a produtividade do tecido empresarial; aumentar as habilitações, competências e conhecimento dos portugueses, principais substratos da capacidade de desenvolvimento sustentado do país; contribuir para a modernização, racionalização, responsabilização e revitalização da Administração Pública e do aparelho do Estado; e, ainda, dinamizar a sociedade civil, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos” [6].

A vertente de «dinamização regional» deste plano pretendeu abarcar todo o conjunto de conteúdos e serviços digitais relevantes para os habitantes, visitantes, empresas e demais organismos que constituem as “forças vivas” da região, nas múltiplas vertentes sectoriais, designadamente Educação, Saúde, Emprego, Cultura, Sociedade, etc. Para aceder a estes conteúdos e serviços, estava previsto a criação de “portais regionais” [7], que os disponibilizam sob a forma de um diretório regional devidamente indexado e categorizado. Segundo aquela iniciativa governamental, o nível da sua utilização pelos habitantes/visitantes da região seria a principal medida de sucesso, sendo o Conteúdo (informações e serviços), a Interatividade e a criação de Comunidades os aspetos que mais frequentemente mobilizariam o público no sentido da consecução deste objetivo.

Na década de 2000 multiplicaram-se os projetos associados ao surgimento e sedimentação das Regiões e Cidades Digitais, criando aquilo a que se pode chamar de “Rede de Cidades e Regiões Digitais”. O que a administração pretendia conseguir com o desenrolar destes vários projetos estava patente nos objetivos apresentados pela UMIC - Unidade de Missão Inovação e Conhecimento [8]: desenvolver a Sociedade da Informação e do Conhecimento ao nível regional de forma a criar competências regionais aplicadas que criem valor económico para a região, aumentem a qualidade dos seus cidadãos e promovam a competitividade das suas empresas e o seu desenvolvimento sustentado. Ou seja, pretendeu-se a melhoria da qualidade da democracia através do

aumento da qualidade da participação cívica dos cidadãos.

2. Évora Distrito Digital e e-Inclusão: do diagnóstico à ação

O território alentejano ficou à margem deste processo de desenvolvimento tecnológico das cidades e das regiões. Aqui surgiram três projetos de “cidades e regiões digitais”, sedeadas as unidades de gestão e coordenação em cada uma das capitais de distrito (Évora, Portalegre e Beja) e, ainda, um projeto que junta, em parceria, alguns distritos do litoral alentejano (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines).

No caso do *Évora Distrito Digital* – aqui em foco – este assumiu-se como um conjunto de iniciativas, realizadas no âmbito de uma parceria alargada [9] entre os 14 municípios e as quatro entidades promotoras do projeto (a Associação de Municípios do Distrito de Évora – A.M.D.E. –, a Câmara Municipal de Évora, A Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo – A.D.R.A.L. – e Universidade de Évora) capazes de: a) projetar uma imagem positiva do Distrito, através da colaboração entre os diversos atores da região no sentido da valorização dos seus produtos, gentes e património e ainda contribuir efetivamente para a melhoria de vida das populações; b) incentivar o desenvolvimento económico e a competitividade das empresas do Distrito de Évora num quadro de dinamização da atividade empresarial e de solidariedade entre regiões; c) generalizar o uso dos instrumentos, as técnicas e os modos de organização da informação e da comunicação, do conhecimento e da ação, próprios de sociedades avançadas, como uma alavanca impulsionadora da competitividade; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, assegurando melhores serviços de administração local e de atendimento ao cidadão, nomeadamente através da sua disponibilização através da *Internet*; e, ainda, d) contribuir decisivamente para o combate à e-Exclusão, à injustiça social e à promoção da igualdade de oportunidades.

No âmbito do EDD e na procura de melhor conhecer a realidade da posse e usos das tecnologias de informação e comunicação, particularmente do computador e da *Internet*, pelas famílias do distrito, foi realizado um inquérito [10] cujos objetivos passavam por: a) conhecer aspetos relativos à posse e à utilização de computador e *Internet*; b) diagnosticar conhecimentos e capacidades para usar o computador e a *Internet* parte dos elementos do agregado familiar; c) conhecer a apetência as necessidades das famílias em usar as infraestruturas da sociedade da informação baseadas na *Internet* para melhorar a sua vida quotidiana; e d) avaliar o conhecimento e as expectativas do/sobre o projeto EDD.

2.1. As TIC e as famílias do distrito de Évora em 2005

Os principais resultados obtidos com a realização do questionário atrás referido, agrupados consoante as dimensões consideradas pertinentes, foram os seguintes:

1) Posse e Utilização de Computador e Internet

- As novas tecnologias encontram-se presentes de forma heterogénea por todo o distrito de Évora.
- Os computadores, assim como outros tipos de *hardware* (impressora, *scanner*) estão bem difundidos (44,7% da população inquirida dispõe de computador pessoal em casa e cerca de 15,4% dispõe de computador portátil)
- A *Internet* chega a muitas residências e cerca de 20% destes utilizadores utiliza a *Internet* diariamente;
- As razões pelas quais nenhum membro do agregado utiliza computador, para a maioria dos inquiridos, são não ter acesso a computador (18,48%) ou não saber utilizá-lo (10,56%);

- As razões pelas quais nenhum membro do agregado utiliza *Internet* são: não saber utilizá-la (18,15%) e o facto de não dispor de acesso à *Internet* (13,20%).
- A *Internet* é utilizada essencialmente para pesquisar informação (51,7%) e para comunicar (receber e enviar e-mail, Messenger, etc.),
- 21,8% dos respondentes afirma que algum membro do seu agregado consulta ou já consultou algum sítios locais;
- Muitos indivíduos dispõem dos meios nos seus agregados ou mesmo em locais de acesso público mas não os utilizam, essencialmente por desconhecimento da sua utilização ou utilidade (info-ileteracia);
- As famílias valorizam a *Internet* sobretudo como meios de evitar deslocações a vários locais e de usufruir de serviços municipais (pagamento de faturas, requisição de serviços; consulta de estado de projetos, etc.).
- Embora cerca de 34,98% dos inquiridos considere que a *Internet não é importante*, 27,06% considera ser *importante*, 17,49% *muito importante*, e 9,57% *relativamente importante*.
- Os serviços que as famílias mais gostariam de ver disponíveis *on-line* são da área da educação (40%); saúde (36,3%); emprego (36,96%); culturais e desportivos (29,4%). Bibliotecas públicas, concursos públicos e turismo, registam também percentagens significativas, 29,0%, 25,7% e 24,4%.

2) *Conhecimentos e Capacidades para Usar o Computador e a Internet*

- As potencialidades da *Internet* não estão ainda totalmente difundidas e interiorizadas pela maioria dos inquiridos ou dos membros dos seus agregados familiares;
- A generalidade das famílias afirma dispor de *Internet* essencialmente para pesquisa de informação ou para comunicar;
- São essencialmente os membros mais jovens do agregado a utilizar a *Internet* e o computador.
- O nível de conhecimento informático e de *Internet* por agregado familiar não vai além de *algum e nenhum* conhecimento;
- Na generalidade dos casos são apenas alguns membros das famílias que detêm conhecimento informático;

3) *Apetência e Necessidades das Famílias em Serviços baseados na Internet*

Esta informação relativa à posse e utilização de tecnologias da informação, em especial o computador e a *Internet*, permite a conclusão de que estes meios tecnológicos se encontravam relativamente bem difundidos por todo o distrito (ao alcance de cerca de metade das famílias inquiridas, ainda que o computador esteja mais difundido que a *Internet*). No entanto, apesar da crescente difusão destes dois meios, muitos dos inquiridos mostraram algumas reservas quanto à sua utilização, principalmente no caso da *Internet*, pois muitos dispõem dos meios nos seus agregados ou mesmo em locais de acesso público mas não os utilizam essencialmente por desconhecimento da sua utilização ou utilidade. Acresce que, em muitos casos, verificou-se que os inquiridos desconheciam a existência de postos de acesso a este tipo de serviços, na sua zona de residência, embora essa existência seja uma realidade.

O inquérito revelou que as potencialidades da *Internet* não estavam ainda totalmente difundidas pela maioria dos inquiridos ou dos membros dos seus agregados familiares. A generalidade das famílias afirmarem dispor de *Internet* essencialmente para pesquisa de informação ou para comunicar, mas não valoriza outros usos e potencialidades da mesma, como, por

sejam a relação com serviços de administração pública, serviços bancários, etc.

Contudo, há que referir que esta limitação dos usos da *Internet* pode estar relacionada com o facto de serem essencialmente os membros mais jovens do agregado a utilizar este meio (à semelhança do que fazem com o computador). Este facto constata-se quando vemos que as faixas etárias, da maior parte dos inquiridos representantes do agregado são claramente superiores às faixas etárias do familiar com mais conhecimentos e uso da informática.

Relativamente ao nível de conhecimento informático e de *Internet* por agregado familiar, os dados mostraram que algumas famílias possuem *algum* conhecimento, mas a maioria assume não ter qualquer tipo de conhecimentos nesta matéria.

Por outro lado, ainda que as opiniões dos inquiridos se tenham repartido quanto à importância dos serviços disponíveis *on-line*, entre *nada importante e importante*, a maioria considera estes serviços de alguma utilidade para a satisfação das necessidades do seu agregado no quotidiano, nomeadamente, para solucionar questões relacionadas com saúde, educação, emprego, etc.

Em suma, o estudo confirmou as fracas expectativas iniciais: afigura-se como absolutamente necessária a intervenção de entidades competentes na área da informação, sensibilização e formação das famílias do distrito no que respeita às potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação e no combate a alguns entraves e receios evidenciados pelas pessoas. Na perspectiva de combater, verdadeiramente, a e-Exclusão será necessário incluir todas as faixas etárias neste processo, com especial atenção para os grupos mais idosos, que podem revelar mais dificuldades de aceitação e compreensão da importância das novas tecnologias e dos seus benefícios.

Perante este quadro diagnóstico em termos de e-Exclusão, já expectável à data de conceção e arranque do projeto, como procuravam atuar as entidades promotoras e os demais parceiros? É o que veremos de seguida.

2.2. Os projetos do EDD promotores da e-Inclusão

Para uma melhor operacionalização e funcionalidade, o projeto “Évora Distrito Digital” [11] foi desagregado nos seguintes Sub-Projetos: V1 - 1.1 Portal Distrital, V1 - 1.1.1 Turismo, V1 - 1.2 Evorabiz (VE), V1 - 1.3 Evorabiz (VI) – Extranet, V1 - 1.3 Evorabiz (VI) – Inovévora ADRAL, V1 - 1.3 Evorabiz (VI) – Inovévora Dept. Informática UnivÉvora, V1 - 1.4 ParticiparRegião, V2 - 2.1 Sites, V2 - 2.2 Serviços On-line, V2 - 2.3 Intranet, V2 - 2.4 e-Compras, V3 - 3.1 PMBL, V4 - 4.1 CTD, V4 - 4.2 REDES, V5 – COORD, PMS1 – GAMEPAM, PMS2- Publicidade, CICE – Centro de Interpretação do Concelho de Évora, SOLE – Serviços On-line de Évora. Tratava-se de um conjunto de intervenções com a finalidade de fomentar uma maior acessibilidade dos cidadãos às TIC e de, através de ações materiais e imateriais, potenciar o processo social de **e-Inclusão**.

De entre os sub-projetos que parecem ter tido uma maior aproximação e envolvimento do cidadão, tendo em vista a redução do “fosso digital” nos diferentes espaços sociais do Distrito de Évora, destacam-se, entre outros, os serviços *on-line*, os *hot-spots* [12] e o **Posto Móvel de Acesso à Internet**, sendo esta uma das iniciativas mais emblemáticas de todo o projeto e que teve continuidade após o seu término. Os promotores pareciam estar conscientes de que contribuir para a construção da cidadania digital no Distrito de Évora, exigia não só meios e recursos, mas também a oferta de meios de mobilidade e de aproximação ao cidadão, e, sobretudo, a disponibilização de ações de sensibilização/formação que se assumisse decisivos para a construção de uma nova lógica na e da sociedade de informação e do conhecimento. Importará, por isso, analisar com maior pormenor a operacionalização desta ação.

2.2.1. O Posto Móvel de Acesso à Internet do EDD.

O Posto Móvel de Acesso à *Internet* - P.A.M. – teve por objetivo principal o combate à e-Exclusão nas

freguesias rurais com menos acessibilidade às novas tecnologias e consistia num veículo, transformado propositadamente para o efeito e adaptado para disponibilizar oito postos de acesso à *Internet* e dotado de vários equipamentos adicionais, como impressora, TV, parabólica, *scanner*, entre outros. Na prática, desde que foi inaugurado em agosto de 2006, o P.A.M. marcou presença nas freguesias rurais, onde divulgou e facilitou o uso da *Internet* em todo o Distrito, no que se considera ser uma grande ação de informação, sensibilização e formação, para a população em geral e para públicos-alvo específicos.

Com estas ações pretendia-se sensibilizar a população para a utilização da *Internet* como fonte de informação e ferramenta facilitadora do dia a dia, fomentando também a utilização dos novos sítios e serviços *on-line*, bem como do correio eletrónico, e melhorando a acessibilidade de cidadãos de mobilidade mais reduzida. Para além da presença em certames e eventos, do trabalho efetuado com escolas e da realização de sessões de formação para Eleitos e Funcionários de Juntas de Freguesias, o Posto Móvel foi presença assídua em instituições de solidariedade social e de apoio à terceira idade, levando a este público a “porta para o mundo” que a *Internet* representa. Na totalidade, realizaram-se 1706 atividades, envolvendo 2544 utilizadores de 77 instituições, entre escolas, lares de terceira idade e centros de dia, órgãos autárquicos e associações.

As atividades do P.A.M. foram muito diversificadas e com temáticas distintas, conforme as necessidades e interesses dos vários públicos como crianças, jovens, desempregados e idosos.

Eis as atividades realizadas, agrupadas por tipologia:

Atividades para crianças e jovens:

- **Introdução às TIC para crianças** (em idade pré-escolar, com o objetivo de iniciar e familiarizar as crianças com os conceitos básicos de informática);
- **A *Internet* e as TIC como ferramenta pedagógica** (para crianças do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, a fim de as sensibilizar

para a utilização da *Internet* como ferramenta de trabalho escolar e como fonte de informação, fomentando o recurso às pesquisas via motores de busca);

- **A *Internet* e as TIC para os jovens** (atividade destinada a crianças e jovens do 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário para sensibilizá-las para a utilização da *Internet* como fonte de informação de apoio ao trabalho escolar e ao dia a dia);
- **Exames de DCB em estabelecimentos de ensino** (direcionados a crianças e jovens do 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, a fim de realizar exames para a obtenção de Diplomas de Competências Básicas em TIC aos alunos de 3º ciclo e secundário);
- ***Peddy-paper* e Jogo Caça ao Tesouro na *Internet*** (animação em eventos para crianças e jovens, com os objetivos de promover animação em eventos e fomentar a utilização da *Internet* como fonte de informação);

Atividades para adultos:

- **Emissão de DCB para a população em geral** (destinada à população ativa e ao público em geral, com o objetivo de realizar exames para a obtenção de Diplomas de Competências Básicas em TIC);
- **A *Internet* ao serviço do cidadão** (destinada a funcionários e eleitos de Juntas de Freguesia, procurando capacitar os funcionários e eleitos de Juntas de Freguesia para a utilização da *Internet* e do correio eletrónico, de forma a rentabilizarem os recursos disponíveis e prestarem auxílio aos cidadãos no que toca ao acesso e à utilização da *Internet* e, quando possível, proceder ao reconhecimento e certificação de competências básicas na área das TIC);
- **Ateliê *O que é que a Internet tem para si?*** (destinado à população adulta em geral, para sensibilizá-la para a utilização da *Internet* como fonte de informação e ferramenta fa-

cilitadora para o seu dia a dia, fomentando a utilização dos serviços online estatais e privados, bem como a utilização do correio eletrónico).

Atividades para adultos idosos:

- **Introdução às TIC para idosos** (com o objetivo de sensibilizar grupos de idosos para as TIC e a *Internet*, desmistificando esta temática junto duma população frequentemente pouco aderente a avanços tecnológicos):
- **Competências Básicas em TIC para idosos** (visando dotar grupos de idosos das competências básicas em TIC necessárias à obtenção do DCB – Diploma de Competências Básicas em TIC);
- **DCB para idosos** (com a finalidade de realizar exames para a obtenção de Diplomas de Competências Básicas em TIC);
- e a atividade designada **Terceira Idade Online** (destinada a promover sessões de comunicação via *Internet* entre grupos de idosos e entre idosos e seus familiares).

Em síntese: o Posto Móvel de Acesso à *Internet* E.D.D., concebido e implementado no âmbito do Projeto Évora Distrito Digital e financiado pelo programa Cidades e Regiões Digitais, constitui-se como um verdadeiro instrumento de promoção da e-Inclusão no distrito de Évora, uma vez que não só informa, sensibiliza e capacita vários tipos de públicos, normalmente com menor acesso ou maiores dificuldades de uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, designadamente a *Internet*, mostrando-lhes as potencialidades desta tecnologia na interação com outros cidadãos, com empresas e com a administração. Uma das enormes vantagens do PAM consiste na sua estratégia de atuação: a programação e concretização das atividades é normalmente feita com envolvimento de destinatários e/ou de entidades que, no terreno (leia-se nas localidades, tantas vezes afastadas dos grandes centros de deci-

são, acabam por contribuir para a divulgação e promoção das T.I.C.

Considerações finais

Neste texto refletimos sobre a forma como as cidades e/ou as regiões digitais podem constituir-se como instrumentos para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos/municípios, constituindo-se como uma resposta que pondera, simultaneamente, os desafios da coesão social, da cidadania, da inclusão social, da democratização e do desenvolvimento sustentável. Projetos como o *Évora Distrito de Évora* podem gerar sinergias entre diversos atores do desenvolvimento, no sentido de, articuladamente, em contexto de comunidades suportadas tecnologicamente ou de outros instrumentos de ação e eventualmente articuladas em rede a outras comunidades - designadamente alentejanas -, contribuir decisivamente para a mudança sócio-económico-cultural deste território, minimizando as contradições sócio espaciais e permitindo o exercício mais efetivo da cidadania.

Pelas inovações sociotécnicas inerentes do projeto EDD, muitos dos subprojectos, provocaram alterações significativas, embora nem sempre visíveis ou percebidas, no quotidiano de muitas empresas, instituições e cidadãos. Um dos contributos mais visíveis foi o de contribuir para a mobilização e a convergência de vontades e recursos orientados para a informação e formação/capacitação dos cidadãos, de todos os concelhos do distrito, para o uso efetivo das tecnologias e o de apostar na formação para consolidar e sedimentar o capital do conhecimento. Neste particular, foram particularmente significativos os impactos e os efeitos das atividades desenvolvidas no âmbito do Posto Móvel de Acesso à *Internet* que contribuíram para a e-inclusão de muitos cidadãos com mais dificuldade de acesso ou menos competências no domínio do uso das tecnologias de informação e comunicação.

Referências bibliográficas

- Campá, H. P. (2005). *La Construcción de la Ciudad Digital*. Madrid: Hacer.
- Cardoso, G. et al. (2005). *A Sociedade em Rede em Portugal*. Lisboa: Campo das Letras.
- Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05)*. Bruxelas. 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003.
- Lévy, P. (1999), *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Missão para a Sociedade da Informação (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação*. Lisboa: Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação.
- OCDE (2001). *Understanding the digital divide*. Paris: OCDE publications.
- Rheingold, H. (1996). *A Comunidade Virtual*. Lisboa: Gradiva.
- Vodoz, L. & Pfister, B. (2003). La Dimension Territoriale de la fracture numérique. in *XXXIXème Colloque de l'ASRDLF - Concentration Et Ségrégation, Dynamiques Et Inscriptions Territoriales*.

Notas:

- [1] Note-se que aceder à Internet não depende apenas do interesse ou da disponibilidade financeira dos possíveis utilizadores. As desigualdades (ou clivagens) educativas, culturais, geracionais e mesmo de género são dimensões que complementam as desigualdades tecnológicas e que, associadas, contribuem para a complexidade do problema.
- [2] A expressão «cidade digital» entrou já no vocabulário de muitos portugueses. Contudo, no nosso país, como no resto do mundo, inclusive entre a comunidade científica/académica, não há um único conceito de «cidade digital». Por vezes, realidades semelhantes são mesmo referidas através de conceitos diferentes. O que se entende por «cidade digital» para um autor, pode, noutros contextos, referir-se por: telecidade, cidade virtual, telecomunidade, comunidade inteligente (*smart city*), entre outras formas. Não sendo nosso propósito fazer aqui a clarificação conceptual, convém, contudo, partirmos da ideia de que uma «cidade digital» pode ser assumida como “o contexto de âmbito local em que exista uma considerável

implantação da sociedade da informação, tanto no conjunto dos cidadãos, seja no âmbito da sua residência, do trabalho ou da utilização em serviços públicos, como das empresas e instituições em matérias a teleadministração, o teletrabalho, a teleformação, a telemedicina, a gestão de serviços de uso público, as aplicações para coletividades com requerimentos especiais, as aplicações sobre cultura, turismo, as aplicações de tipo residencial e móvel, a produção de conteúdos, etc., onde a administração pública constituiu o motor integrador do resto da iniciativa, todos eles baseados em redes de alta velocidade e desde que uma parte considerável da população esteja formada em aplicações telemáticas, em particular no uso de *Internet*. Os objetivos de implementação de uma «cidade digital» podem ser muito diversos. Entre eles encontramos, frequentemente, os seguintes: promover o acesso interativo dos cidadãos a fontes de informação local e global; utilizar a rede eletrónica para desenvolver diversas práticas, tais como informar-se, estudar, trabalhar, comprar, vender, pagar, fazer transferências, realizar reservas, etc; melhorar a organização interna e a competitividade externa das empresas; criar e manter comunidades virtuais locais, em rede com outras comunidades virtuais nacionais ou globais; desenvolver serviços avançados de telecomunicações; e produzir conteúdos de interesse local e regional. É frequente encontrar na literatura e nos discursos de alguns atores políticos e académicos a ideia de que “através da promoção do acesso universal aos serviços e aplicações baseadas nas TIC, as cidades podem melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, usando a tecnologia como suporte para enfrentar os novos desafios da coesão social, a cidadania, da inclusão social, de democratização e do desenvolvimento sustentável” (Campá, 2005: 148).

- [3] O “digital gap” (conhecido em português por fosso ou fratura digital) é usualmente descrito e medido à luz de indicadores estatísticos que medem o acesso e os usos da Internet e das TIC em geral, revelando as diferenças entre categorias sociais segundo variáveis de diversa natureza: demográficas (género; idade; tipo de agregado familiar); socioprofissionais (educação; emprego; estatuto; rendimento; etc.); e geográficas (zona de residência; características regionais, como sejam os níveis de desenvolvimento económico e social do território; fatores geopolíticos, etc.). Contudo, estas disparidades não traçam claramente o limite dos que estão “in” (dentro) e os que estão “out” (fora) no/do “digital”. Estas disparidades resultam, outrossim, de interações complexas entre fatores de diferenciação a vários níveis. Algumas dessas diferenciações revelam diferenças de comportamento ou de cultura que se podem atenuar com o tempo, enquanto outras estão ligadas a desigualdades estruturais nas organizações da economia e da sociedade que exigem respostas políticas adequadas. Considerando a importância atribuída ao nível do discurso político e dos *media* à nova realidade das TIC, e em particular da Internet, poder-se-á considerar que o *digital gap* traduz essencialmente um diferencial entre as perceções normativas subjetivas definidas pelos novos discursos e as vivências sociais e técnicas/tecnológicas associadas à capacidade de aprendizagem permanente (e não ao nível de com-

petências num dado momento do tempo) (Almeida, 2004: 40). Assim, “o fator determinante na avaliação das perspetivas de inclusão/exclusão deverá ser a capacidade de aprendizagem permanente, decorrente de um conjunto de competências académicas fundamentais detidas pelos indivíduos (competências matemáticas, competências linguísticas e capacidade de análise/crítica) (Almeida, 2004: 40).

[4] Como veremos, os aspetos relativos à e-Acessibilidade ocupam hoje um lugar relevante na agenda das políticas públicas, tendo-se tornado um importante subcampo de análise e intervenção em matéria de e-Inclusão.

[5] A obra está disponível em língua portuguesa. Cf. Rheingold, Howard (1996), *A Comunidade Virtual*, Lisboa, Gradiva

[6] Mais informação pode obter-se em http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes/I_Plano_Accao_SI.pdf

[7] O conceito de portal na Internet está relacionado com o próprio significado da palavra, ou seja, porta principal de entrada, neste caso para a região.

[8] Cf. Pode obter-se mais informação em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=36.

[9] Tal como este projeto, as «cidades digitais» foram dinamizadas em parceria, envolvendo vários tipos de atores (câmaras municipais, universidades, centros tecnológicos, associações de municípios, associações comerciais e/ou empresariais, associações de desenvolvimento, grandes empresas de tecnologia e inovação, cientistas, grupos cívicos, entre outros) motivados pela conceção de que em matéria de política global de desenvolvimento devem ser os atores da cidade a agir e interagir para permitirem a criatividade e a autonomia dos mesmos no desenvolvimento de projetos e atuações de âmbito local.

[10] O inquérito teve como universo a população residente do distrito de Évora com idades compreendidas entre os 14 e os 74 anos de idade, tendo como base de amostragem os censos de 2001. O período de recolha dos dados através do inquérito decorreu entre as duas últimas semanas de setembro e as duas primeiras semanas de outubro, tendo sido utilizado um método de administração direta (a recolha dos dados foi realizada diretamente junto do inquirido). Previamente à aplicação procedeu-se ao pré-teste do questionário, tendo sido reformuladas algumas questões/escalas existentes anteriormente. A fase de recolha de dados foi encerrada no momento em que o número de questionários definidos pela amostra (300) foi preenchido corretamente.

[11] O projeto EDD contou com um investimento total aprovado no montante de 6.530.072,94€, sendo de 75% a participação financeira do POS_Conhecimento (FEDER e Orçamento de Estado), e os restantes 25% assegurados pela parceria.

[12] Durante alguns meses, os hot-spots permitiram a todos os cidadãos acederem à internet de forma totalmente livre e gratuita. A partir do termo do projeto, estes pontos de acesso à internet situados em locais estratégicos de cada concelho permitirão o acesso gratuito a uma quantidade significativa de sítios internet de interesse público.